

*Coleção*  
*Formadores do Brasil*

BERNARDO  
PEREIRA DE  
VASCONCELOS



*Organização e introdução*  
José Murilo de Carvalho

Apoio cultural



**BANCO BBA**  
**CREDITANSTALT S.A.**  
Associado ao Bank Austria Creditanstalt Intl.

LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA  
  
MINISTÉRIO  
DA CULTURA

editora ■ 34

## INTRODUÇÃO

José Murilo de Carvalho\*



### FUI LIBERAL

“Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal.”

Assim começa uma das mais famosas, e certamente a mais bem escrita, profissões de fé da história política do Brasil. Embora ninguém até hoje tenha conseguido provar sua autenticidade<sup>1</sup>, ela tem todas as condições de plausibilidade. Antes de se tornar o principal teórico do Regresso conservador de 1837, matéria da segunda parte da profissão de fé, Vasconcelos foi um liberal típico do Primeiro Reinado. Inteligência privilegiada, orador eficiente pela concisão e temido pelo sarcasmo, trabalhador obsessivo, legislador fecundo, foi figura marcante da oposição parlamentar no período em que o sistema representativo dava entre nós os primeiros e inseguros passos.

Embora mais conhecido pela atuação no Regresso, seu papel não foi menos importante na fase liberal. Foi nesta última que escreveu sua obra mais

---

\* Para a realização deste trabalho foi indispensável a assistência de Patrícia Souza Lima.

<sup>1</sup> José Pedro Xavier da Veiga e Joaquim Nabuco parecem ter sido os primeiros a citá-la, ambos sem indicar a fonte. O primeiro o fez na biografia de Vasconcelos incluída nas *Ephemérides mineiras (1664-1897)*, vol. II, pp. 201-9, publicadas em 1897. Nabuco citou-a em *Um estadista do Império*, cuja primeira edição é também de 1897. Depois deles, todos os biógrafos de Vasconcelos a repetem, também sem referência. Inclusive Octávio Tarquínio de Sousa, autor da mais completa e mais bem pesquisada biografia de Vasconcelos, publicada em 1937. Parte provável de discurso pronunciado entre 1837 e 1838, ela não pode ser localizada nem nos *Anais* da Câmara e do Senado, nem nos jornais da época.

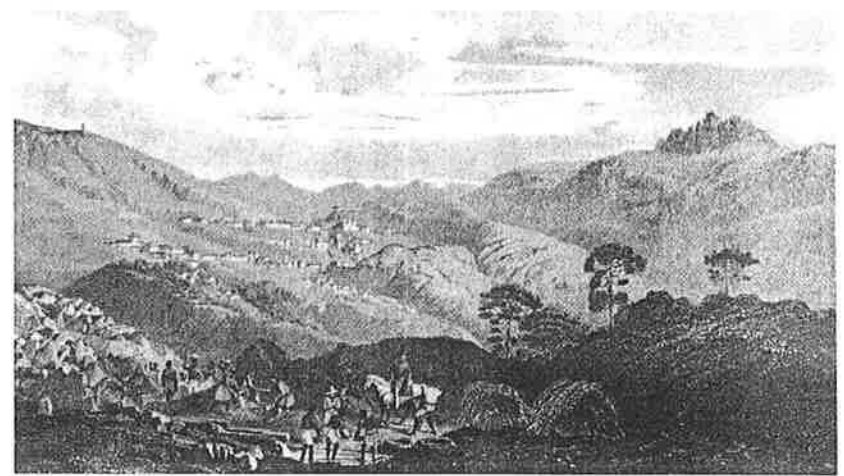
importante, a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* [ver a p. 58 deste volume], nosso primeiro manifesto liberal e documento precioso de nosso aprendizado democrático. Além da *Carta*, restaram ainda da fase liberal vários discursos transcritos nos *Anais da Câmara*. Juntos, esses documentos nos fornecem um retrato do liberalismo do Primeiro Reinado em sua vertente predominante, que, além de Vasconcelos, incluía Evaristo da Veiga, Feijó, Vergueiro, Gonçalves Ledo, Paula Souza, Odorico Mendes e outros.

#### COMEÇO IMPROVÁVEL

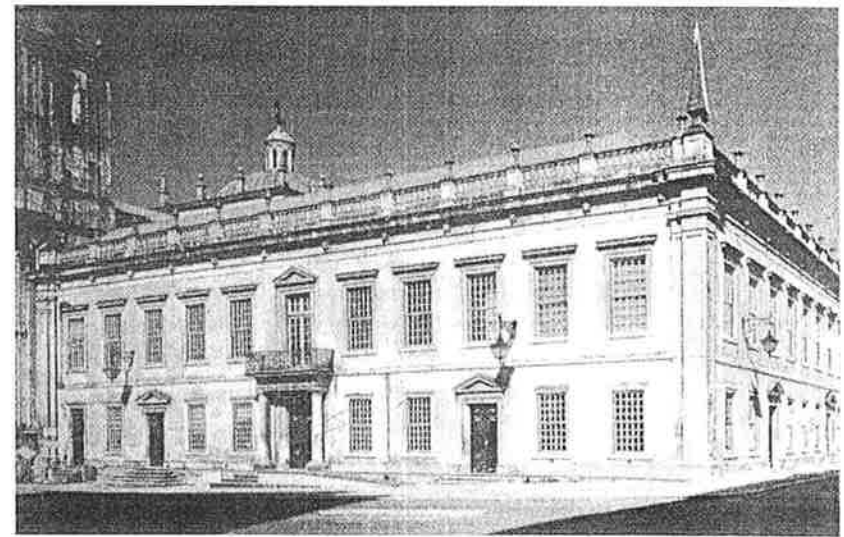
Bernardo Pereira de Vasconcelos descendia de família de juristas e advogados atuantes aquém e além-mar. O pai, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, português criado no Brasil, formou-se em leis em Coimbra, foi advogado em Ouro Preto e procurador da Fazenda, terminando a vida em 1812 como juiz criminal no Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Foi amigo de Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, tendo sido o primeiro seu padrinho de casamento. Suspeito de envolvimento na Inconfidência Mineira, foi preso e interrogado, mas considerado inocente. Em 1792, quando a cabeça de Tiradentes dominava a praça, espetada na ponta de um poste, pronunciou, como primeiro vereador, um discurso, que não lhe faz honra, de condenação aos inconfidentes, entre os quais estavam seus dois amigos. A mãe, Maria do Carmo Barradas, era filha de advogado formado em Coimbra. Dos tios maternos de Vasconcelos, um foi ministro em Portugal, outro foi reitor da Universidade de Coimbra, embora brasileiros de nascimento. A família era exemplo perfeito da integração entre as elites burocráticas da metrópole e da colônia. Seu irmão mais velho continuou a tradição e seguiu carreira militar em Portugal. Chegou a ministro da Guerra e foi agraciado com título de nobreza.

Vasconcelos nasceu em Ouro Preto em 1795. Em 1807, aos doze anos, o pai tentou mandá-lo a Lisboa para estudar sob a guarda dos tios. O navio foi apresado pelos ingleses (os franceses ocupavam Portugal) e levado à Inglaterra, de onde o menino regressou ao Brasil. Em 1813, já morto o pai, conseguiu chegar a Portugal e matricular-se em Coimbra, onde outros 230

<sup>2</sup> Para essas informações biográficas, sirvo-me sobretudo da excelente obra de Octávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Consultem-se também J. P. Xavier da Veiga (1897), Sisson (1948), John Armitage (1914), R. Walsh (1830), Salomão de Vasconcelos (1953), Tobias Monteiro (1927) e Alfredo Valadão (1950).



Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em 1795 na cidade de Ouro Preto: seu pai, amigo de Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, chegou a ser preso por suspeita de envolvimento na Inconfidência Mineira. [Johann Moritz Rugendas, *Villa Rica* (detalhe). In: *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie., 1835]



A Universidade de Coimbra foi o principal centro de formação da elite política imperial, mas Vasconcelos, que ali havia se formado em 1819, criticou o “ranço dos seus compêndios”, concluindo: “Saí um bárbaro: foi-me preciso até desaprender”.

brasileiros freqüentavam cursos. Dos vinte colegas de turma, alguns se destacariam, como ele, na política: Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, futuros membros da regência trina, Caetano Maria Lopes Gama e Manuel Antônio Galvão, futuros ministros. Contemporâneos foram Pedro de Araújo Lima, futuro regente, Manuel Alves Branco, Miguel Calmon, Francisco G. A. Montezuma, futuros ministros, e Cândido José de Araújo Viana, futuro tutor de Pedro II. Coimbra foi o viveiro dos políticos do Primeiro Reinado e da Regência.

A maior importância da temporada em Coimbra talvez tenha sido a possibilidade de travar relações com outros brasileiros. Do ensino na Universidade, Vasconcelos falou muito mal quando se discutiu na Assembléia Geral a criação dos cursos jurídicos brasileiros [p. 39]. “Estudei direito público naquela universidade”, disse, “e por fim saí um bárbaro: foi-me preciso até desaprender”. Na Universidade de Coimbra, continuou, ensinavam-se as doutrinas mais absurdas porque estava isolada do mundo científico: “Ali não se admitem correspondências com outras academias, ali não se conferem os graus senão àqueles que estudaram o ranço dos seus compêndios”.

Depois da formatura, que se deu em 1819, e após rápida temporada com os tios ilustres em Lisboa, voltou ao Brasil em 1820, aos 25 anos de idade. Sua vida foi obscura até a estréia como deputado geral na primeira legislatura, em 1826. Foi juiz de fora em Guaratinguetá, São Paulo, e foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão, cargo que não chegou a ocupar. Mas desde 1824 sua carreira política já estava delineada. Nesse ano foi eleito deputado geral por Minas, sem dúvida graças à influência da família em Ouro Preto. Em 1825, iniciou a publicação do *Universal* e já participava do Conselho do Governo de Minas.

A imprensa, a tribuna e o governo foram as ocupações a que se dedicou até a morte, em 1850, causada pela primeira epidemia de febre amarela no Rio. Vítima de doença de coluna que o atormentou desde 1827, levou-o à paralisia e o afastou do casamento, parecia tentar compensar o sofrimento e a solidão dedicando-se obsessivamente ao debate e à ação política. Vasconcelos foi político em tempo integral; respirava e transpirava política. Foi deputado geral de 1826 até 1837, senador de 1838 até a morte, conselheiro de Estado de 1842 também até a morte, ministro da Fazenda em 1831-32, ministro da Justiça e do Império de 1837 a 1839, ministro do Império em 1840, sem falar nos cargos ocupados no governo mineiro e na constante atividade jornalística que na época era complemento indispensável da atuação política.

## A LIBERDADE QUE AINDA NÃO ERA

O deputado Vasconcelos chegou ao Rio de Janeiro no início de abril de 1826. As câmaras abriam em maio e a sessão deveria durar quatro meses. Era a primeira legislatura do novo país, a se instalar dois anos após a dissolução da Constituinte. O ambiente político era de tensa expectativa. A lua-de-mel do país com d. Pedro I já acabara. A dissolução da Constituinte causara impacto traumático entre os liberais e levara à revolta dos pernambucanos liderados por frei Caneca. O argumento do carmelita para justificar a revolta era irresponsável: a dissolução quebrara o pacto social e liberara as partes contratantes dos compromissos assumidos. A Constituição outorgada era ilegítima porque tivera origem em poder que não tinha delegação nacional para fazê-la. Daí a revolta. Daí também a repressão violenta nas mãos de comissões militares, esse “invento infernal” na expressão de Vasconcelos. Em sua *Carta aos eleitores*, o próprio deputado pintou em cores sombrias o ambiente político do Rio. Sucumbira a liberdade de imprensa, “o mais precioso direito do homem”, jornalistas eram perseguidos, as comissões militares passavam por cima das leis na repressão a movimentos rebeldes. Como consequência, “não poucos brasileiros tinham desesperado de verem arraigar-se entre nós instituições liberais”. Particularmente, duvidava-se que a nova Câmara pudesse enfrentar os ministros e punir seus crimes.

As Câmaras abriram em 6 de maio. A dos deputados contava com membros, a maioria composta de juizes, padres e militares. Vários tinham sido colegas de Vasconcelos em Coimbra, como Araújo Lima e Miguel Calmon, alguns tinham participado das Cortes de Lisboa, como Vergueiro e Feijó, outros tinham feito parte da Constituinte brasileira de 1823, notando-se, no entanto, a ausência dos Andradas, ainda no exílio. Entre os deputados mais conhecidos, estavam José Clemente Pereira e Gonçalves Ledo, militantes da Independência. Para a maioria, no entanto, afilado Vasconcelos, era a primeira vez que participavam de uma Assembléia Legislativa. Tinham que aprender tudo sobre seu funcionamento, e assim o país como um todo tinha que aprender a praticar o sistema representativo.

## VASCONCELOS, ORADOR

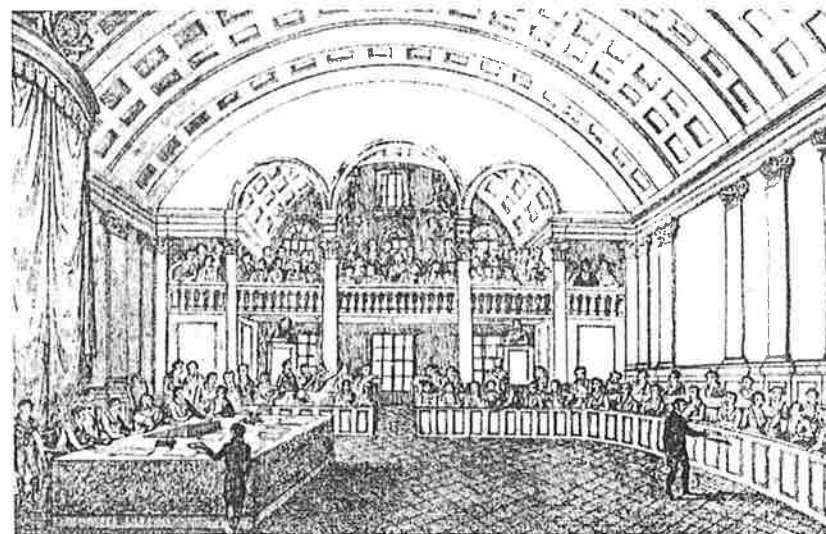
Do deputado algo tímido e desajeitado no início, Vasconcelos logo se transformou no orador mais brilhante da Câmara e na primeira voz da oposição. São abundantes os testemunhos sobre sua atuação na primeira legis-

latura. Os mais interessantes, inclusive por virem de dois estrangeiros, são os do historiador John Armitage e do reverendo Walsh. Armitage, em sua *História do Brasil*<sup>3</sup> afirma: “A maneira por que a adoção do sistema representativo desenvolveu as faculdades intelectuais deste indivíduo, o Mirabeau do Brasil, causa seguramente o maior espanto”. E segue dizendo que seu talento só se revelou após a eleição para deputado: “A datar deste período parece que um novo princípio começou a animar sua existência, e noite e dia foram por ele consagrados ao estudo da ciência administrativa. [...] O orador difuso e sem nexos de 1826 tinha-se tornado, dois anos depois, tão eloqüente e tão sarcástico, e havia apresentado um tão grande desenvolvimento do talento de discutir, que nenhum outro membro da casa lhe podia ser comparado; e quando, levado pelo entusiasmo ou incitado pela paixão, dava largas a suas emoções, a sua figura decrépita e curvada elevava-se, qual a de um gênio protetor, à sua maior altura; os olhos animavam-se de novo com todo o seu prístino lustre, e nas feições de seu arrugado e cadavérico semblante brilhavam por momentos a mocidade renovada e a inteligência”.

Octávio Tarquínio julga que as observações sobre a “figura decrépita e curvada” representam um retrato de alguns anos mais tarde, embora já se apresentassem, à época, sintomas da doença da coluna. Walsh, que conheceu o deputado em 1828-29, não menciona tão grande degeneração física. O reverendo visitou Vasconcelos em Ouro Preto. Procurou-o porque era “deputado famoso, considerado por seus compatriotas o Franklin ou o Adams do Brasil”<sup>4</sup>. Segundo Walsh, Vasconcelos era “baixo, atarracado, aproximadamente 45 anos, bastante corpulento, aparência de forte determinação, cor amarelada, olhos negros, lábio inferior saliente, abundância de cabelos pretos encaracolados ao redor do rosto”. Mesmo sem ter aparência de decrépito, o deputado pareceu ao reverendo doze anos mais velho do que era, um atestado dos efeitos da doença. Ao revê-lo no Rio, encantou-se com a simplicidade da sua casa e de seus hábitos. Encontrou-o comendo pão com chá em companhia de outros deputados mineiros, em mesa sem toalha, sem pratos nem talheres. Pareciam um grupo de trabalhadores comuns da Inglaterra. “Aqueles legisladores”, observou o reverendo, “[...] não pareciam ter a míni-

<sup>3</sup> John Armitage, *História do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981, pp. 174-6.

<sup>4</sup> R. Walsh, *Notícias do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1985, p. 214.



A Câmara dos Deputados abriu a primeira legislatura do novo país, em maio de 1828, num ambiente de grande tensão: a lua-de-mel do povo com d. Pedro I já havia terminado. [*Recinto da Câmara dos Deputados*. In: Rev. R. Walsh, *Notícias of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830]



O primeiro mandato: do deputado algo tímido e desajeitado no início, Vasconcelos logo se transformou no orador mais brilhante da Câmara e na primeira voz da oposição liberal.

ma consciência de que em sua refeição humilde e frugal não eram menos dignos do que se estivessem cercados de iguarias servidas em pratos<sup>5</sup>.

Walsh acompanhou Vasconcelos à Câmara, sem dúvida para conferir os dotes oratórios do “famoso orador, líder da voz popular do Brasil”, do Mirabeau de que fala Armitage. Tratava-se da sessão de 7 de abril de 1829, em que se discutia a resposta à “Fala do trono”. As galerias estavam, como sempre, cheias de espectadores (as do Senado estavam sempre vazias). Surpreendeu-se com as boas maneiras dos parlamentares, elogio não pequeno vindo de um inglês. Quanto a Vasconcelos, impressionou-o mais a precisão lógica e a agudeza de seu raciocínio, ponto em que “não havia igual na Câmara”. Como Armitage, anota que o orador começava os discursos de maneira desgraciosa mas se transfigurava fisicamente à medida que se entusiasmava.

Um testemunho brasileiro é o de Nabuco de Araújo, transmitido ao filho, Joaquim Nabuco. Segundo esse último, os dois acontecimentos intelectuais da época eram a pena de Evaristo da Veiga, na *Aurora Fluminense*, e a palavra de Vasconcelos na Câmara. O jovem José Tomás Nabuco, estudante no Rio à época, ia à Câmara para ouvir os deputados e a figura de Vasconcelos gravou-se para sempre em sua memória. Impressionou-o sobretudo, e aqui entra a memória de alguns anos mais tarde, quando Vasconcelos, já paraplégico, só podia falar sentado, a capacidade de superar a deficiência física valorizando o gesto e a palavra. O futuro senador conservaria como modelo a lembrança do “busto do grande Vasconcelos, chumbado pela paralisia na sua curul, mas dominando dela com um sarcasmo, uma pausa, um lampejo de olhar, a Câmara suspensa e maravilhada”<sup>6</sup>.

Os *Anais da Câmara* da época atestam a intensa atividade de Vasconcelos, que falava em quase todas as sessões, discursando, apartando, apresentando projetos e emendas, polemizando sempre, pois tinha “a bossa da combatividade”, na expressão de Xavier da Veiga. Os testemunhos são também unânimes em anotar sua predileção pelo uso da ironia e do sarcasmo como armas retóricas. Xavier da Veiga fala em sua “ironia sutil e ferina”. Várias vezes os *Anais* registram a hilaridade causada por seus discursos. No Primeiro Reinado, a vítima predileta de seus ataques eram os ministros de Pedro I, muitos pouco afeitos à oratória e ao sistema parlamentar de governo. Além de admirado, Vasconcelos tornou-se um orador temido pelos adversários. Mais

<sup>5</sup> Idem, p. 225.

<sup>6</sup> Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1975, p. 48.

tarde, seus inimigos criaram a expressão “o Vasconcelos caiu-lhe em cima”, para indicar que alguém fora atrozmente caluniado.

#### VASCONCELOS, LIBERAL

A atuação parlamentar de Vasconcelos nas sessões de 1826 e 1827 vem descrita em pormenor por ele mesmo na *Carta aos eleitores*, escrita em dezembro de 1827. Daí até o 7 de abril de 1831, ela pode ser acompanhada pelos *Anais da Câmara*. Sua preocupação central foi colocar em funcionamento a monarquia representativa, acabar com os resíduos do absolutismo ainda vigentes na cabeça e nas práticas do imperador, de seus ministros e até mesmo nas leis. Rio Branco diria mais tarde que ele fora “o verdadeiro mestre do parlamentarismo no Brasil”. Joaquim Nabuco já dissera antes que sua palavra e a pena de Evaristo tinham sido “a ferramenta simples, mas poderosa, que esculpe o primeiro esboço do sistema parlamentar no Brasil”<sup>7</sup>.

Era uma luta por idéias mas também por regras, procedimentos e rituais. Lembre-se que se tratava da primeira legislatura e que muitos deputados ignoravam o ritual parlamentar. Discussões aparentemente irrelevantes — como saber se os deputados deviam descobrir-se quando o imperador estivesse presente, se o imperador devia tirar ou não a coroa, se os funcionários do palácio podiam ter assento na Câmara durante as sessões de abertura e encerramento — adquiriam grande importância, pois tinham a ver com a afirmação da dignidade e do poder da Câmara perante os poderes Moderador e Executivo. Mas havia questões mais profundas, como a da obrigatoriedade dos ministros de discutir na Câmara as leis fundamentais, como a de fixação de forças militares e a de aprovação do orçamento; de prestar contas de seus atos e serem por eles responsáveis, de apresentar relatórios, de atender a convocações [pp. 45 e 192]. Do atrito com o ministro da Fazenda, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi, que era também conselheiro de Estado e senador por Minas, surgiu um panfleto do marquês acusando Vasconcelos de querer se recomendar aos eleitores posando de “universal acusador de todas as autoridades e públicos empregados” (Sousa, p. 64). A resposta do deputado foi a *Carta aos eleitores*.

A *Carta* é, em si mesma, um documento revelador do espírito da época. Pela primeira vez, e já na primeira legislatura, um representante da nação pres-

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

# CARTA

AOS

SENHORES ELEITORES DA PROVINCIA DE MINAS

GERAES.

ESCRITA PELO DEPUTADO

*Bernardo Pereira de Vasconcellos.*



S. JOÃO D'EL-REI 1828:

NA TYPOGRAPHIA DO ASTRO DE MINAS.

A famosa *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, publicada em 1828: pela primeira vez um representante da nação prestava contas aos seus eleitores.

[Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro]

tava conta aos eleitores de seu trabalho e se submetia a seu julgamento. O exemplo só foi seguido mais tarde, na década de 1860, por Teófilo Ottoni, um liberal que morreu liberal. Havia candura entre os deputados, um entusiasmo juvenil, uma crença quase ingênua nas instituições representativas.

Ao lado da defesa do sistema representativo, outros temas relevantes ocuparam o deputado. Merece ser novamente lembrado o discurso sobre a criação das escolas superiores no Brasil, em que é feita impiedosa crítica da Universidade de Coimbra [p. 39]. Surpreendente é o discurso contra o tráfico de escravos pronunciado em 3 de julho de 1827 em apoio ao tratado com a Inglaterra [p. 53]. Nele Vasconcelos estabelece a incompatibilidade entre a escravidão e a luta pela liberdade e elogia a Inglaterra por sua intervenção em favor dos escravos. O discurso surpreende porque, pouco mais de um ano depois, no final de 1828, Vasconcelos defendia, perante Walsh, a continuação do tráfico e espinafrava a Inglaterra por sua política abolicionista, toda ela voltada, segundo ele, para a defesa dos interesses econômicos ingleses. Posteriormente, no período do Regresso, Vasconcelos continuaria a defender o tráfico, afirmando, para escândalo geral, que a África civilizava o Brasil [p. 268]. Uma possibilidade de explicação do discurso de 3 de julho, uma declaração autenticamente liberal, digna de José Bonifácio, é que ele todo seja uma grande ironia, no melhor estilo vasconceliano.

Em matéria econômica, o liberalismo de Vasconcelos era incontestável. Veja-se o capítulo VIII da *Carta*, que contém uma das mais enfáticas defesas do *laissez-faire*. Declara-se contra todo tipo de protecionismos e monopólios estatais. A indústria só precisa da direção do interesse particular, mais ativo e mais inteligente do que o governo. Segundo ele, as artes, o comércio e a indústria só pedem ao governo o que Diógenes pediu a Alexandre, isto é, que não lhe tape o sol da liberdade.

Não só de crítica e demolição viveu o liberal Vasconcelos. Seu talento de legislador revelou-se sobretudo na esfera do judiciário, que desejava reformar [p. 49]. Defendeu com entusiasmo a criação do juizado de paz, justiça eletiva à inglesa. Escreveu mesmo um livro dedicado à orientação dos novos juizes, criados por lei de 1827<sup>8</sup>. Foi dele ainda a proposta de acabar com o Desembargo do Paço e substituí-lo pelo Tribunal Superior de Justiça. Principalmente, foi dele o projeto do Código Criminal, aprovado em 1830. Concebido sob a inspiração do utilitarismo de Bentham, o novo código representou enorme progresso em relação ao Livro V das Ordenações do Reino, que ain-

<sup>8</sup> Trata-se do *Commentário à lei dos juizes de paz*, publicado em Ouro Preto em 1829.

da vigia no país. A qualidade da obra foi reconhecida no exterior, tendo servido de modelo para a legislação de outros países.

#### TRANSIÇÃO

“Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia.”

Assim continua a profissão de fé de Vasconcelos. A luta dos liberais e dos radicais contra d. Pedro I terminou em 7 de abril de 1831, quando o imperador abdicou ao trono brasileiro. Nesse dia, segundo a proclamação feita pela Assembléia Geral, deu-se uma “revolução gloriosa” e “começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos brasileiros e livre”.

No trono sentava-se uma criança de cinco anos, incapaz de governar. Junto com a responsabilidade de governar o país, vieram também as dificuldades geradas pelos inevitáveis conflitos que seguem a qualquer revolução política. Os radicais, antes aliados dos liberais, agora passavam à oposição, sentindo-se traídos pelo curso dos acontecimentos. Por seu lado, os absolutistas não abandonaram o campo com a saída de Pedro I. A luta entre os três grupos durou até a morte de Pedro I em 1834.

A grande tarefa da geração da Regência foi enfrentar esses conflitos, alguns dos quais se transformaram em sangrentas revoluções. Quase tudo seria colocado em questão: a monarquia, a escravidão, a própria existência do país. Os liberais do Primeiro Reinado viram-se de repente do outro lado da cerca, passando de opositores a governantes e tendo pela frente a oposição dos radicais e dos restauradores. Dentre os liberais, a trajetória mais marcada e mais marcante foi sem dúvida a de Vasconcelos.

#### DUPLA COM FEIJÓ

Ele ainda estava em Minas quando se deu a abdicação. Mas já em 16 de julho entrava para o Ministério da Regência Trina Permanente na pasta da Fazenda, ao lado de Feijó, seu aliado nas lutas do Primeiro Reinado, que ocupava a da Justiça. Assumiu em meio a uma das muitas revoltas do “povo e tropa” no Rio de Janeiro, estando a Câmara em sessão permanente. Deu

O Código Criminal aprovado em 1830 revelou o talento de Vasconcelos como legislador: foi traduzido e elogiado na Europa, tendo inclusive servido de modelo para outros países. [Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro]

## CODIGO

### CRIMINAL

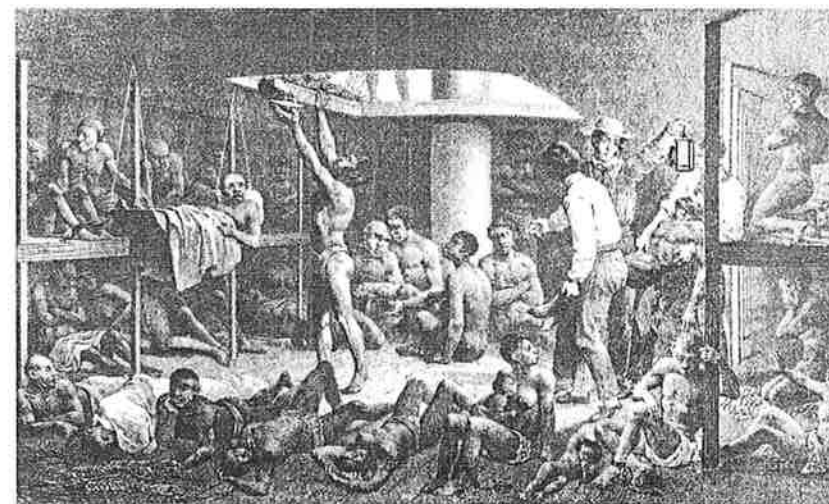
do Imperio do Brasil.



RIO DE JANEIRO,

NA TYPOGRAPHIA IMP. DE M. JENICOT-PLANCHET,  
RUA DO OUVIDOR N.º 15, 1.ª ANDAR.

1831.



Vasconcelos, que em 1827 havia se pronunciado contra o tráfico de escravos, declarou anos depois que seu fim traria “tendências barbarizadoras” para o Brasil.

[Johann Moritz Rugendas, *Negres a fond de calle* (detalhe).

In: *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie., 1835]



logo todo o apoio a Feijó na luta pela manutenção da ordem. Os indicadores da nova posição dos liberais já apareciam na *Exposição dos princípios*, de 23 de julho de 1831, redigida por Vasconcelos [p. 200]. A *Exposição* reflete a pregação parlamentarista ao tentar dar unidade de pensamento e ação ao governo. Reflete também princípios do liberalismo político ao afirmar o “incontrastável direito de resistência à opressão”, e ao falar na “gloriosa revolução” que buscou popularizar a monarquia e reconciliá-la com os princípios da “verdadeira liberdade”.

Mas a nova postura política já se fazia também notar. A revolução não pretendia subverter as instituições, nem mudar a dinastia, nem consagrar a violência e proclamar a anarquia. Sem perceber que se contradizia, a *Exposição*, depois de elogiar o direito à resistência, passa a condenar a violência e a sedição. A sedição “é crime, qualquer que seja o pretexto de que se revista”. Também a violência é crime porque leva à perturbação da ordem, que só um governo fraco pode tolerar. O governo promete abafar as facções para preservar a ordem pública. Nessa defesa do governo forte, havia pleno acordo de Vasconcelos com Feijó. Mas a *Exposição* continha algo mais substantivo, a distinção entre dois tipos de resistência, a que defendia a “verdadeira liberdade” e a que promovia a anarquia. A primeira era a dos liberais, a segunda, a dos radicais. Não se tratava aí apenas de questão de ordem, era também questão de organização política, monarquia ou república, e de organização social, envolvendo a propriedade da terra e de escravos.

Vasconcelos e Feijó ficaram no governo até maio de 1832, quando ambos foram cúmplices de um projetado golpe de estado visando transformar a Câmara em Assembléia Nacional Constituinte e alijando o Senado, baluarte da restauração<sup>9</sup>. O golpe fracassou e a luta evoluiu para um compromisso segundo o qual os eleitores autorizariam a legislatura de 1834 a reformar alguns pontos da Constituição. Depois de enfrentar com êxito, como vice-presidente da província, uma revolta militar caramuru em Minas Gerais [p. 204], em 1833, Vasconcelos voltou, reeleito, à Câmara, onde apresentou o projeto da reforma constitucional, transformado no Ato Adicional de 1834. O talento de legislador, já revelado no projeto do Código Criminal, agora se aplicava na reforma política.

Tratava-se de atender às principais reclamações liberais quanto aos resquícios absolutistas da Constituição, sobretudo os referentes ao poder Mo-

<sup>9</sup> Sobre esta tentativa de golpe, ver Octávio Tarquínio de Sousa, *Três golpes de estado*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988.

derador, e à centralização política e administrativa. No que se refere ao último ponto, propostas de uma monarquia federativa foram rejeitadas, mas o Ato Adicional introduziu elementos de federalismo na criação das Assembléias Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos Gerais. As rendas provinciais foram também especificadas e separadas das nacionais. Os presidentes de província continuaram a ser nomeados, mas seu poder de nomeação de funcionários públicos aumentou. No que se refere ao poder Moderador, ele foi mantido, mas o Conselho de Estado foi abolido e o chefe do governo passou a ser eleito pelo voto popular.

Vasconcelos manteve posição ambígua em relação ao Ato. Autor do projeto, lutou durante os debates contra posições exageradas. Particularmente interessante é seu discurso de 1º de julho de 1834 [p. 218], no qual compara a situação brasileira com o federalismo norte-americano e mostra a diferença da experiência histórica dos dois países, concluindo pelo perigo de copiar as instituições daquela república. O excesso de descentralização teria entre nós efeitos desastrosos como no México, onde resultou na guerra civil. A anarquia e a guerra civil seriam também entre nós a consequência de colocar a união à mercê das províncias. Aparece ainda neste discurso um traço que já revela uma característica conservadora do pensamento de Vasconcelos: a idéia de que as mudanças devem ser feitas lentamente, sem saltos, de maneira quase imperceptível. Não quer opor-se ao movimento do século, diz, mas nem por isso quer dar saltos que “em vez de fazer produzir os efeitos que a civilização espera, nos fará retrogradar”. Outro tema conservador presente no discurso é a insistência em não se perder de vista o “estado de civilização” do país. Nenhuma reforma terá êxito se não for adequada às circunstâncias nacionais. São posições que lembram Burke, embora não se encontre referência a esse típico representante do pensamento conservador.

#### INÍCIO DA SEPARAÇÃO

Embora não tenha renegado o Ato Adicional, Vasconcelos afirmou, cinco anos após sua aprovação, que as emendas ao projeto inicial fizeram-no recuar que ele se transformasse na carta da anarquia (Sousa, p. 130), quando a idéia era fazer com que ele servisse para parar o carro revolucionário. De qualquer modo, foi a partir da aprovação do Ato que Vasconcelos começou a afastar-se dos antigos companheiros moderados, sobretudo de Evaristo da Veiga e de Feijó. Enquanto os dois últimos se mantinham dentro do campo liberal, combatendo os radicais à esquerda e à direita, Vasconcelos orientou-

se cada vez mais para o campo conservador. Os ataques contra Evaristo e sua *Aurora Fluminense*, a partir do *Sete de Abril*, jornal fundado em 1833 e tido como ligado a Vasconcelos, começaram já em 1834, estabelecendo-se, a partir daí, um acirrado debate entre os dois jornais. A *Aurora* passou a chamar Vasconcelos de Proteu, a figura mitológica que mudava de forma quando queria. Contra Feijó, eles se tornaram mais acentuados depois de outubro de 1835, quando o padre assumiu a regência única. Segundo Evaristo, a própria guinada de Vasconcelos seria devida à inveja e aversão que teria contra o padre<sup>10</sup>.

O duelo entre Vasconcelos e Feijó durou até a morte do último, em 1843. Foi um duelo de gigantes. Ambos fortes personalidades, ambos autoritários e indomáveis. O padre, um interiorano de costumes rígidos, religioso, de caráter íntegro, casmurro, pessimista, posses e talentos modestos, sem traquejo político. Vasconcelos, mais cosmopolita, pouco escrupuloso, inteligência brilhante, grande orador, religioso por conveniência, quase rico, com grande habilidade política. O padre, preocupado com a ordem e a justiça, e favorável à abolição do tráfico, embora ele próprio fosse senhor de escravos. Vasconcelos, também em busca de governo forte, embora parlamentar, era cada vez mais um defensor do escravismo como fator indispensável para a economia nacional.

O duelo assumiu características dramáticas graças à precária saúde dos contendores. Vasconcelos já era quase um paraplético desde 1834 e discursava sentado. Feijó sofrera um ataque de paralisia às vésperas de tomar posse na Regência, agravado por um derrame logo após a renúncia, que fez dele um hemiplético. Em 1842, houve o último embate entre os dois, no Senado, em torno do processo contra Feijó por sua participação na revolta liberal desse mesmo ano. Foi um duelo de parapléticos, de duas ruínas físicas, mas também de dois gigantes que representavam dimensões fundamentais da luta política da época. Ironicamente, os dois seguiam, no vestir, modelos trocados. Segundo Vieira Fazenda, Feijó vestia-se como o conservador e pragmático Guizot, Vasconcelos, como o liberal e romântico Chateaubriand.

#### SOU REGRESSISTA

“Como então quis, quero hoje servi-la [a sociedade], quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza:

<sup>10</sup> *Aurora Fluminense*, 24/08/1835, pp. 1-2.



Diogo Antônio Feijó (acima) e Bernardo Pereira de Vasconcelos (à direita) foram grandes aliados durante o Primeiro Reinado, mas acabaram se tornando ferrenhos adversários políticos após a eleição de Feijó para Regente, em 1835.

Bernardo Pereira de Vasconcelos

B. P. de Vasconcelos

Os problemas de saúde acompanharam toda a carreira de Vasconcelos: com o passar dos anos sua ruína física acentuou-se, e sua assinatura tornou-se trôpega. [Assinaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1827 e 1847]

deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. [...] Os perigos da sociedade variam, o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir o seu país?”

Assim termina a profissão de fé de Vasconcelos, justificando sua passagem para o campo conservador, ou regressista, como dizia. A formulação política e ideológica da nova posição foi desenvolvida entre 1834 e 1837.

Na regência de Feijó (1835-37), Vasconcelos já assumiu a liderança da oposição. O regente, a despeito de suas virtudes cívicas, não se diferenciava de Pedro I no que se refere ao autoritarismo e à incapacidade de ser um monarca constitucional e, muito menos, parlamentar. Sua vocação era de presidente de república: não se submetia à prática de nomear ministros em concordância com a opinião da Câmara. Em menos de dois anos, sucederam-se quatro ministérios, encerrando-se sempre as sessões com queixas do regente contra a Câmara e vice-versa. Vasconcelos atacou-o por esse lado. Junto com seus novos aliados, o mineiro Honório Hermeto, o baiano Miguel Calmon, colega de Coimbra, o fluminense Rodrigues Torres, e o pernambucano Maciel Monteiro, fustigava os ministros e cobrava do regente um governo parlamentar [p. 225]. No ano de 1837, a oposição chegou mesmo a levantar a hipótese da maioria de d. Pedro II, então com doze anos, como recurso para se livrar do regente.

Paralelamente à crítica ao autoritarismo de Feijó, e à medida que as reformas do Ato Adicional começavam a fazer efeito, a oposição, Vasconcelos à frente, intensificou a campanha pela mudança tanto do Ato, como dos Códigos Criminal e de Processo, considerados focos de impunidade e de anarquia e fatores da fragmentação do país. O debate começou em 1835, quando foi criada comissão da Câmara para cuidar do assunto. Nem mesmo Evaristo era hostil à mudança. Concordava que a reforma dos dois códigos era reclamada por todos os que tinham interesse na ordem e na felicidade pública<sup>11</sup>. Concordava mesmo, já em 1835, com o que chamava de “Regresso curto e racional” para corrigir as imprudências dos primeiros ensaios de liberdade. Vasconcelos, segundo ele, teria detectado com precisão essa necessidade. Perdera-se, no entanto, por extremar as propostas regressistas, afastando por este modo os antigos aliados<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> *Aurora*, 22/06/1835, p. 1.

<sup>12</sup> *Aurora*, 12/08/1835, pp. 1-3.

Há, no entanto, a partir de 1835, uma diferença mais profunda entre Evaristo, ou Feijó, e Vasconcelos. Embora fossem todos proprietários de escravos, Vasconcelos tomou atitude cada vez mais clara em defesa do tráfico e da escravidão em nome do interesse nacional, enquanto os dois antigos companheiros de moderação julgavam necessário ir aos poucos substituindo o escravo pelo trabalhador livre. Em agosto de 1835, Vasconcelos falou contra a lei de 1831 que proibira o tráfico e disse ser a escravidão “acomodada aos nossos costumes, conveniente aos nossos interesses”<sup>13</sup>. Quando o tráfico não for mais conveniente aos interesses públicos e particulares, acrescentou, estes serão seus mais pronunciados inimigos. Posição semelhante tinha defendido, na virada do século, o bispo Azeredo Coutinho, e defenderia mais tarde José de Alencar. Em 1843, Vasconcelos levou seu escravismo ao extremo, afirmando no Senado: “É uma verdade: a África tem civilizado a América! Renuncio a todas as teorias [...] quero só o positivismo dos fatos”<sup>14</sup> (Sousa, p. 196). Era a postura utilitária e amoral diante da política, de que Vasconcelos foi sempre acusado. Segundo seus inimigos, ele seria partidário de Bentham, só admitindo a moral dos interesses, o útil como único princípio diretor das ações\*.

Com toda a probabilidade, Vasconcelos começou por essa época a formular uma teoria do poder que ia além de desenhos jurídicos e institucionais. As turbulências da Regência lhe haviam sugerido que a ordem pública só poderia ser mantida se sustentada em pessoas que tivessem interesse material em sua manutenção. O que Feijó fizera pragmaticamente, como ministro da Justiça, armando os proprietários do Rio para lutar contra as revoltas militares, Vasconcelos erigiu em filosofia política. Em 1838, já de novo no ministério, essas idéias aparecem na teoria da “classe conservadora”. Essa classe era composta “dos capitalistas, dos negociantes, dos homens industriais, dos que se dão com afinco às artes e ciências: daqueles que nas mudanças repentinas têm tudo a perder, nada a ganhar”<sup>15</sup>. Essa classe existiria em todos os países. Apareceria sempre que o progresso atingisse ritmo exagerado, como na fase jacobina da Revolução Francesa. Sua política era a do “progresso

<sup>13</sup> *O Sete de Abril*, 01/08/1835, pp. 1-2.

<sup>14</sup> Octávio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988, p. 196.

\* “O filosofismo do ministro da Justiça”, *Aurora Fluminense*, 17/10/1838, pp. 1-2.

<sup>15</sup> *O Sete de Abril*, 19/11/1838, pp. 2-3.

ordenado”, sem inércia, sem precipitação. No Brasil, ela fez pacificamente a Independência e evitou, após o 7 de abril, que a própria pátria se perdesse<sup>16</sup>.


#### DE VOLTA AO GOVERNO

Feijó, acossado por revoltas no Pará e no Rio Grande do Sul, e às turras com a Câmara, preferiu renunciar. Pedro de Araújo Lima, ministro do Império, assumiu a Regência. No melhor estilo parlamentarista, Vasconcelos, como chefe da oposição, tornou-se a figura dominante do novo ministério (19 de setembro de 1837), no qual ocupou os cargos de ministro da Justiça e do Império. Junto com ele estavam dois colegas de Coimbra, o próprio regente e Miguel Calmon, ministro da Fazenda. Logo em 20 de setembro enviou circular aos presidentes de província insistindo na necessidade de ter o governo a força necessária para manter a ordem e a liberdade e cobrando de seus delegados obediência, lealdade e cooperação [p. 242]. No ano seguinte, 1838, tomou posse nova legislatura de grande maioria conservadora. Nos quatro anos que durou, ela aprovou todas as grandes medidas do Regresso: a interpretação do Ato Adicional (em 1840), a reforma do Código de Processo Penal (em 1841) e o restabelecimento do Conselho de Estado (em 1841). Todas essas medidas tiveram a participação decisiva de Vasconcelos [p. 247], como ministro ou senador (a partir de 1838), sobretudo as duas últimas, que se originaram de projetos seus.

Fora do campo político, sua grande criação como ministro foi o Colégio Pedro II, inaugurado em 1838. Deu-lhe atenção total. Supervisionou as obras de reforma do antigo seminário de São Joaquim, escreveu o regulamento do novo colégio, e fez o discurso de abertura das aulas em 25 de março de 1838. Desde a discussão da criação dos cursos superiores, na década de 1820, Vasconcelos sempre se interessou pelo ensino superior, médio e primário. No caso do Colégio Pedro II, pensou-o como modelo para as escolas particulares já existentes no Rio, convencido da superioridade do ensino público, como deixou claro no discurso de inauguração [p. 244]. Não lhe escapava também, como homem das Luzes, a importância do saber, adepto que era do Iluminismo. No mesmo discurso encontra-se esta afirmação absolutamente atual: “O saber é força: e é v. exc. que vai ser o moderador desta força irresistível, desta condição vital da sociedade moderna”.

<sup>16</sup> *O Sete de Abril*, 07/12/1838, p. 3.

**RELATORIO**  
DA  
**REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO**  
APRESENTADO  
Á  
**ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA**  
NA SESSÃO ORDINARIA DE  
**1838**  
PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO  
DE ESTADO INTERINO  
*Bernardo Pereira de Vasconcellos.*



**RIO DE JANEIRO.**  
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.  
**1838.**

Relatório de Vasconcelos como ministro do Império: o ex-liberal acabou tendo participação decisiva na aprovação de todas as grandes medidas do Regresso. [Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro]

No campo político, o ministério teve que enfrentar uma nova revolta, a Sabinada, e não conseguiu debelar a Farroupilha [p. 255]. Em seu relatório de ministro da Justiça em 1838, Vasconcelos insistiu na reforma do Código Criminal, que, embora obra sua, traduzida e elogiada na Europa, se revelara inadequado às nossas circunstâncias e fonte de impunidade. Pediu também que a Câmara modificasse o Ato Adicional. Talvez um tanto cinicamente, prometeu também continuar a luta contra o tráfico de escravos. A luta do governo teve pouco êxito, disse ele, porque “a ambição do lucro e a sede do ouro arrastam os homens”.

Vasconcelos saiu do ministério em abril de 1839. Só voltou mais uma vez ao governo em 1840. Nesse ano, os liberais deram o golpe político da maioria do imperador para tentar interromper o movimento do Regresso. Na tentativa de frustrar o golpe, o regente chamou para o ministério o político mais temido da época, Vasconcelos. Este tentou adiar a Assembléia Geral, mas a reação foi grande. Os liberais reagiram, o povo invadiu as casas do parlamento, os militares aderiram, e o jovem monarca aceitou a antecipação. O novo ministro permaneceu apenas nove horas no governo. Justificou-se depois, historiando os acontecimentos e dizendo ter sido contrário à maneira ilegal e inconstitucional por que se fizera a maioria. Não era traidor nem inimigo de Pedro II. Terminou a exposição em seu estilo arrogante e desafiador: “Venham sobre mim todos os males; ainda estou impenitente” [p. 262].

#### DERROTA FÍSICA, VITÓRIA POLÍTICA

A partir desta passagem-relâmpago pelo governo, provavelmente a mais curta da história do país, Vasconcelos não mais voltou ao ministério. Seus biógrafos não explicam a razão do ostracismo. Provavelmente a razão tinha a ver com Aureliano Coutinho, presença dominante nos primeiros anos do Segundo Reinado e grande desafeto de Vasconcelos, com quem tivera sério atrito durante a Regência<sup>17</sup>. A oposição de Vasconcelos ao golpe da maioria também não deve ter servido de recomendação perante o jovem monarca e seus áulicos. Seja como for, o velho batalhador continuou a luta no Senado e no recém-criado Conselho de Estado. Desses dois postos de combateaju-

<sup>17</sup> Ver a este respeito “A impostura do sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos desmascarada”, panfleto publicado em 1835 e atribuído a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 66 (107), 1903, pp. 327-406.

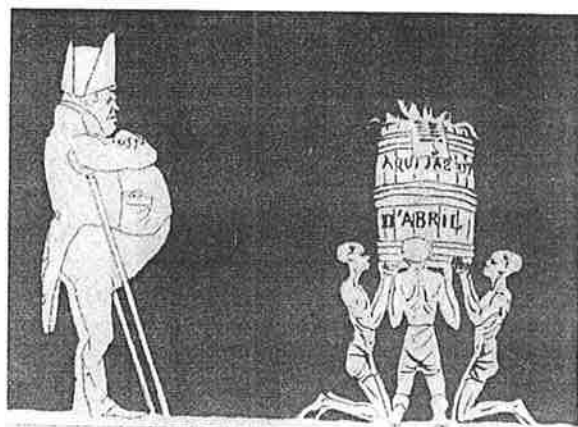
dou a completar a legislação do Regresso redigindo e defendendo os projetos da reforma do Código de Processo Criminal e da criação do Conselho de Estado. No ministério de 1841, que fez aprovar esses dois projetos, estava seu discípulo e continuador, Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai, o principal formulador do pensamento conservador brasileiro no século XIX<sup>18</sup>.

Juntamente com a interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo foi um dos esteios da centralização política do Segundo Reinado. Pelo efeito conjugado das duas leis, as províncias perderam jurisdição sobre funcionários da justiça e da polícia, que passaram a depender do ministro da Justiça. Os juizes de paz perderam grande parte de seu poder para os delegados de polícia. Direta ou indiretamente, o ministro da Justiça nomeava e demitia desde o desembargador até o guarda da prisão. Centralização excessiva que, no entanto, se revelou um instrumento eficaz nas mãos dos governos. Em 1844, os liberais a usaram para eleger uma Câmara esmagadoramente situacionista.

Outra contribuição importante de Vasconcelos no campo legislativo foi o projeto sobre sesmarias e imigração, apresentado ao Conselho de Estado em 1843 por ele e José Cesário de Miranda Ribeiro, sendo ele o relator. O projeto tramitou por dez anos no Congresso até se transformar na lei de terras de 1850. O pragmatismo de Vasconcelos na questão da escravidão aí aparece com clareza. O projeto continha medidas destinadas a enfrentar um eventual fim do tráfico, se não mesmo da escravidão, tornado provável pela política cada vez mais belicosa da Marinha inglesa. Usando idéias que E. G. Wakefield desenvolvera para a Austrália, propunha a venda de terras públicas e a introdução do imposto territorial como mecanismos geradores de recursos para importar trabalhadores pobres que substituíssem os escravos. A lei fracassou, mas deixou mais um testemunho do descortino político de Vasconcelos.

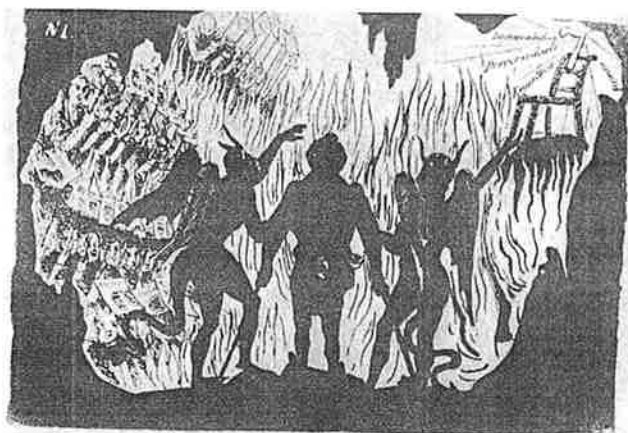
A ruína física de Vasconcelos acentuava-se. A paralisia, inicialmente dos membros inferiores, expandia-se para os superiores. Já nem conseguia redigir bilhetes. A assinatura tornara-se trôpega. Manuel de Araújo Porto Alegre, o pintor e poeta, introdutor no Brasil da arte da caricatura que aprendera na França, retratou com crueldade a desgraça física do líder do Regresso,

<sup>18</sup> Para avaliar a influência de Vasconcelos sobre Paulino, basta verificar o número de citações do primeiro contidas no livro do último, *Ensaio sobre o direito administrativo*. Por outro lado, tamanha era a confiança de Vasconcelos em Paulino que se dispunha a ler no Senado discursos escritos pelo discípulo. Ver carta de Vasconcelos a Uruguai em 12/06/1846. Arquivo do visconde de Uruguai, lata 3, pasta 10, IHGB.



NAPOLEONCELLOS. *Lithographia de Briggs*. N.º 7. SEITE

Vasconcelos foi duramente criticado por sua guinada de liberal a regressista, sendo alvo de uma série de caricaturas quando ministro. [Caricaturas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, atribuídas a Manuel de Araújo Porto Alegre, Lithographia de Briggs, c. 1838-39. Arquivo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro]



APOTHEOSE DO SEITE

No primeiro desenho da série ("Napoleoncellos visitando o túmulo do Sete", no alto da página), Vasconcelos é retratado como Napoleão Bonaparte, de muletas (alusão a seus sérios problemas de saúde), observando um grupo de escravos carregando um barril (referência aos barris de excrementos utilizados na época como esgoto das residências) com a inscrição: "Aqui jaz o 7 de abril" (dia da renúncia de d. Pedro I e símbolo da vitória política dos liberais, assim como nome do jornal que propagava as idéias de Vasconcelos em sua fase pré-regressista).

A segunda caricatura ("Apotheose do Sete") refere-se ao mesmo tema: Vasconcelos, mais uma vez apoiado sobre muletas, é acompanhado por dois demônios ao inferno, onde uma cadeira (de número 7) o aguarda — dela trovejando as palavras "imoralidade", "perversidade", "esperteza" e "finura" (malícia).



A ESCADA DE JACÓ.

A estampa acima ("A escada de Jacó") mostra Vasconcelos deitado (à frente), sonhando com sua trajetória pessoal: jovem, subindo (à direita) a escada que vai da terra ao céu, com um livro e uma âncora na mão, alusão aos puros ideais do então iniciante na política; e já mais velho (à esquerda), como ministro do Regresso, voltando do céu cabisbaixo e envergonhado, escondendo o rosto com as mãos.



Na última caricatura da série ("Nabuco de Nosor"), Vasconcelos é retratado como Nabucodonosor, antigo rei da Babilônia, vestindo uma roupa feita de moedas e notas do tesouro, cercado de sacos de dinheiro e ladeado por escravos com a etiqueta de 100 (mil réis) no pescoço (referência a um escândalo da época, segundo o qual o ministro teria vendido escravos por aquele valor); abaixo, o verso "Escura faz qualquer estranha glória" (Camões).

em charges que José Antonio Soares de Souza data de 1838 ou 1839<sup>19</sup>. Em uma delas o chefe conservador é caricaturado em pose napoleônica, sustentado em muletas, ventre protuberante, pernas atrofiadas, visitando o túmulo do Sete de Abril, representado por um barril de detritos sustentado por três escravos. Em outra caricatura, Vasconcelos, com o corpo deformado, aparece como Nabuco de Nosor, sentado em trono formado do mesmo barril de detritos e rodeado de escravos.

Apesar da saúde precária, a atuação de Vasconcelos no Senado e no Conselho de Estado continuava intensa, primeiro na oposição, durante o quadriênio liberal de 1844 a 1848, depois apoiando o ministério conservador de Olinda. Em 1850, chefiava o gabinete o visconde de Monte Alegre. No Ministério dos Estrangeiros estava seu discípulo Paulino José Soares de Sousa, na Justiça, Eusébio de Queiroz, na Fazenda, o futuro visconde de Itaboraí. Era a fina flor dos saquaremas. Os liberais de Pernambuco tinham tentado uma última revolta em 1848 e foram derrotados. A vitória do Regresso era total e nela Vasconcelos desempenhara papel decisivo no campo político e institucional.

Nesse mesmo ano de 1850, o Rio de Janeiro foi visitado pela primeira epidemia de febre amarela. Vasconcelos, aos 55 anos de idade, foi sua vítima mais ilustre. Era o dia 1º de maio. Seja pelo pânico despertado pela epidemia, seja pela baixa popularidade do morto, que um dia fora carregado nos ombros do povo, seja pelas duas razões, a notícia da morte teve pouca repercussão e o enterro no cemitério do Catumbi foi modesto.

Gigante intelectual, na definição de Nabuco, sustentáculo da monarquia representativa, teórico do liberalismo conservador em política e economia, construtor de instituições, mas também avesso à democracia e à igualdade social e insensível à sorte dos escravos, tudo isso foi Vasconcelos. Admirado, temido e odiado, não deixou ninguém indiferente à sua passagem. O país também guardou sua marca nas instituições e no viés conservador de suas elites, expresso no ideal do progresso na ordem.

<sup>19</sup> José Antonio Soares de Souza, "Vasconcelos e as caricaturas", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 210 (jan-mar. 1951), pp. 103-13.

## OBRAS DE BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS



- Carta aos senhores eleitores da província de Minas Geraes.* São João d'El Rei: Typographia do Astro de Minas, 1828. Uma segunda edição foi publicada no Rio de Janeiro em 1899, por Francisco Rodrigues de Paiva, que também a prefaciou. A terceira foi publicada, em 1978, pelo Senado Federal.
- Commentário à lei dos juizes de paz.* Ouro Preto: Typographia do Universal, 1829.
- Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Collegio de D. Pedro II.* Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1902.
- Manifesto político e exposição de princípios.* Brasília: Senado Federal, 1978.
- O deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos repelle as grosseiras calumnias com que foi atacado pelo marquez de Baependy em hum impresso avulso de 15 do corrente.* Rio de Janeiro: Typographia da Astrea, 1827.
- Relatório apresentado à Câmara dos senhores deputados pelo ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcellos na sessão de 1832.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832.
- Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo ministro e secretário de Estado Bernardo Pereira de Vasconcellos.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

Obras sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos e sua época:

- ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- VOLCHAN, Isaac (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos (in memoriam)*. Publicação comemorativa do I centenário de seu falecimento. Rio de Janeiro, 1850.